ISSN 2175-8034
ILHA
Revista de Antropologia
Florianópolis, volume 28
Janeiro a Dezembro de 2026

DOSSIÊ

Antropologias de inspiração marxista em contextos rurais



Organizadora
Kelly Silva

DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8034.2026.e114770

Apresentação: por uma economia política da vida cotidiana – algumas aproximações

Presentation: toward a political economy of everyday life – some approaches

Kelly Silva[1,2,3]

Luana Marques Figueira[1]

[1]Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

[2]Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

[3]Max Planck Institute for Social Anthropology, Halle (Saale), Germany

É com imensa satisfação e gratidão que apresentamos o dossiê "Antropologias de inspiração marxista em contextos rurais." O dossiê é um dos produtos do Simpósio Internacional "Antropologias e Marxismos" realizado pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em junho de 2025[1].

O Simpósio, por sua vez, deriva da disciplina intitulada Antropologias Marxistas, ofertada no âmbito da Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília - PPGAS/UnB, no semestre 2/2024. A disciplina foi proposta pela professora Kelly Silva (PPGAS/UnB) e ministrada em conjunto com Alexandre Fernandes, doutor egresso do PPGAS/UnB, e com o professor Gustavo Lins Ribeiro (Universidade Autônoma Metropolitana – México – UAM e PPGAS/UnB). Seu sucesso suscitou a ampliação e o aprofundamento dos debates, cuja continuidade tem neste dossiê uma de suas concretizações[2].

O dossiê agora publicado pela Revista Ilha é composto por um conjunto de artigos que discutem dinâmicas sociais em contextos rurais pela mobilização de conceitos-chave do marxismo: fetichismo, economia política, materialismo histórico dialético, modos de produção, trabalho, alienação, conflito, desigualdade, mudança, base, superestrutura, ideologia, entre outros. Os legados marxianos são assim mobilizados de forma estrutural e incidental, a um só tempo, demonstrando sua vitalidade para a compreensão do mundo atual.

Marx e Engels compreendiam as sociedades como "sistemas organizados de produção e reprodução" (Bloch, 1983, p. 95). No coração do paradigma marxista está a visão de que os modos

[1] O seminário está disponível na rede mundial de computadores no seguinte endereço: https://www.youtube.com/@DepAntropologiaUnB. Agradecemos ao apoio da Capes (Processo n. 88881.013684/2024-01), da UNICAMP e da reitoria da Universidade de Brasília pela disponibilização de recursos que permitiram a realização do evento.

[2] Em breve, outro dossiê, resultado desse mesmo evento, virá a público, publicado pelo Anuário Antropológico.

Recebido em: 09/09/2026
Aprovado em: 09/09/2026
Publicado em: 14/10/2026

Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

de produção são a base sobre a qual se edificam todas as demais instituições e são compostos por forças produtivas (tecnologia, técnicas, trabalho humano, terra e outros recursos naturais, como água e minerais, por exemplo) e por relações de produção (relações e divisão social do trabalho) (Marx, 1982).

Uma das mais importantes inflexões desse paradigma na antropologia diz respeito à necessidade de compreender que as experiências humanas no mundo, coletivas e individuais, são mediadas por estruturas e processos materiais. Isso implica tanto a negação de idealismos, como de narrativas deterministas, dado o lugar atribuído à dialética entre os mundos materiais e imateriais nos próprios escritos de Marx, ao final de sua vida. Tal preceito foi posteriormente desenvolvido por Godelier (1989), que nos alerta sobre a dificuldade de se reconhecer a anterioridade factual do material sobre o imaterial, na medida em que o material tem uma dimensão de idealização, mas não se esgota nela (Godelier, 1989, p. 181). Ao mesmo tempo, o mundo das representações, como as obrigações de parentesco, o racialismo, entre outros, também conforma as relações de produção (Godelier, 1989, p. 156). No âmbito deste dossiê, o artigo de Bastos (2026) constitui uma persuasiva demonstração de como o racialismo, uma superestrutura, alimentou a economia de plantation ao mesmo tempo em que foi produzido por ela.

Mais de um século e meio após seus primeiros escritos, Marx permanece no centro de um campo intelectual marcado tanto por críticas quanto por sucessivas reelaborações de seu pensamento. Conforme demonstra o artigo de Ribeiro (2026) nesse dossiê, não há um marxismo, mas uma diversidade de marxismos constituídos em contextos históricos e políticos diversos. Após um período de arrefecimento do marxismo no campo acadêmico, especialmente entre o fim do século XX e o início do XXI, uma revitalização pode ser observada nas últimas duas décadas. É nesse movimento que se inserem, entre outros, Patterson (2016) e sua obra com o polêmico título "*Karl Marx, Antropólogo*" e Saito (2017), autor do título "*O Ecossocialismo de Karl Marx: Capitalismo, Natureza e a Crítica Inacabada à Economia Política*". Ambos partem da recente recuperação de manuscritos e escritos originais de Marx para uma renovação interpretativa e conceitual de base marxiana.

Patterson (2016) se ocupa em reiterar a importância da dialética no pensamento de Marx, desconstruindo interpretações cristalizadas como um arcabouço teórico determinista e economicista, dando destaque à preocupação seminal com aspectos históricos, psicológicos e afetivos atuantes no devir social.

Saito (2017), por sua vez, aponta para a centralidade da questão ecológica no pensamento de Marx, especialmente explicitada pelo reiterado uso do termo "ruptura metabólica" em referência à separação brutal entre os seres humanos e os ritmos sazonais da natureza, relegando-a à condição de fonte infinita de exploração de recursos, aspectos basilares do capitalismo. Destaca a estreita relação entre alienação e a crescente degradação ambiental, afirmando que "[...] o capitalismo é fundamentalmente caracterizado pela alienação da natureza e pela relação distorcida entre humanos e natureza" (Saito, 2017, p. 14, tradução livre)[3].

O conceito de ruptura metabólica também é mobilizado por Fraser (2023) em "*Capitalismo Canibal*", no qual descreve o capitalismo como um sistema que, em sua ânsia de acumulação, ameaça as próprias bases das quais depende para existir: a natureza, os trabalhos de cuidado e reprodução social, a organização política e a vida coletiva. A imagem da Ouroboros – a serpente que devora a própria cauda – sintetiza essa dinâmica de autossabotagem. Natureza e cuidado,

[3] No original: "capitalism is fundamentally characterized by alienation of nature and a distorted relationship between humans and nature" (Saito, 2017, p. 14).

assim, deixam de aparecer como dimensões externas à economia e passam a ser compreendidos como constitutivos e essenciais à própria reprodução capitalista, em um avanço crítico aos conceitos de apropriação, expropriação e acumulação primitiva desenvolvidos por Marx. É justamente nessa contradição que se evidencia a irracionalidade de uma ordem social cujos custos recaem, na maioria dos lugares, especialmente sobre mulheres, populações racializadas, crianças e populações rurais.

Ainda sobre apropriação e acumulação, em "*Global Magic: Technologies of Appropriation from Ancient Rome to Wall Street*", Hornborg (2016) retoma uma questão central da crítica marxiana para interrogar o estatuto aparentemente neutro e universal da tecnologia. A "mágica" a que se refere Hornborg diz respeito à capacidade de determinadas tecnologias de ocultar as relações assimétricas de trabalho e as assimetrias de recursos, tempo e energia que tornam possível sua existência, fazendo aparecer como progresso técnico aquilo que envolve, simultaneamente, processos de apropriação e transferência de custos. Se Marx identificava no desenvolvimento das forças produtivas a raiz da superação das contradições do capitalismo, Hornborg nos convida a perguntar pelas relações sociais e materiais que esse próprio desenvolvimento produz e reproduz, processo também discutido por Leal (2026), nesse dossiê, acerca da produção de frutas no Vale do Rio São Francisco.

Aqui, vale a pena chamar a atenção para certos termos e conceitos que evocam seres e forças sobrenaturais, provenientes dos escritos originais de Marx, e que ainda reverberam como categorias importantes em pesquisas contemporâneas. Em "*O Capital*", o fetichismo da mercadoria é apresentado por meio de um vocabulário que reúne "sutilezas metafísicas e melindres teológicos" (Marx, 2013, p. 205), "caráter místico" e "misterioso" (Ibid, p. 206-207), "forma fantasmagórica" (Ibid, p. 207), sendo a mercadoria dotada de "mágica e assombração" (Ibid, p. 212); mais adiante, a maquinaria fabril aparece como "monstro mecânico [...] de força demoníaca" (Ibid, p. 561). A própria gênese do capitalismo é ironicamente comparada ao "pecado original" da teologia cristã (Ibid, p. 961). Mais que recursos estilísticos, essas imagens participam do esforço de tornar perceptíveis relações que não aparecem imediatamente como relações sociais, dando forma a processos históricos e materiais que, sob o capitalismo, adquirem aparência autônoma e ocultam as condições que os produzem.

No presente dossiê, essa linhagem de imagens ganha ainda novas espessuras etnográficas. Em Leal (2026), o "feitiço" permite interrogar as relações materiais e políticas ocultadas pela imagem de sucesso do agronegócio; em Parreira (2026), o Diabo comparece às narrativas sobre a expansão capitalista no norte de Minas Gerais, articulando cosmologia, expropriação e transformação das relações sociais. Em ambos os casos, o recurso a essas imagens não afasta a análise da materialidade: ao contrário, permite perguntar como processos de apropriação, expropriação, exploração e desigualdade são vividos, interpretados e simbolizados nos contextos em que se realizam.

O Campesinato, Mais uma Vez

Sabemos, pois, o lugar crítico que o campesinato ocupou no desenvolvimento do marxismo, tanto nas elaborações de seus fundadores, Marx e Engels, quanto nas de seus sucessores imediatos (Bloch, 1983). As formas como o campesinato estaria ou não articulado à expansão da sociedade

de mercado e do capitalismo, como modo de produção, e como participaria de sua superação, foram centrais nas primeiras décadas do desenvolvimento desse paradigma.

As primeiras hipóteses, sustentadas pelos próprios Marx e Engels, de que o campesinato estaria às margens do desenvolvimento capitalista e de que não tinha condições de se engajar em processos revolucionários foram rapidamente superadas pelo confronto com fatos históricos que demonstraram o contrário: o papel do campesinato na Revolução Russa e sua importante participação, repleta de tensões e contradições, na superação de relações de servidão no campo e, em outros contextos, na constituição da própria exploração que caracterizaria o capitalismo (Wolf, 2010 [1982]; Mintz, 1985).

Os textos que compõem esse dossiê discutem eventos que atualizam essa incorporação e participação, qualquer que seja o nominalismo (Almeida 2023) utilizado para qualificá-lo: populações quilombolas, populações tradicionais, etc. Ao mesmo tempo, demonstram também que o campesinato não é um só. Ele também é constituído por diferentes segmentos dispostos entre si em diferentes posições de poder.

Como sabemos, a incorporação do campesinato no capitalismo tem sido subordinada e desigual. No entanto, os meios pelos quais a desigualdade é produzida variam ao longo do tempo. É fundamental à antropologia identificar os novos meios, dispositivos e tecnologias pelos quais, atualmente, a desigualdade é produzida e reproduzida. Os textos de Leal (2026) e Carvalho (2026) apresentam pistas a esse respeito.

Appadurai (1986) sugere que um indício importante do avanço do capitalismo como modo hegemônico de produção, assim como das trocas orientadas pelo regime de mercado, é a crescente comodificação de bens, serviços etc. que passam, assim, a estar inseridos em circuitos de troca de curto prazo, mediados pelo uso do dinheiro. Leal (2026) traz um exemplo agudo desse processo no Vale do Rio São Francisco: a comodificação da água, que tem passado a figurar como um ativo de infraestrutura na indústria de produção de frutas.

Outra contribuição de Marx e Engels que se mostra presente em vários dos contextos etnográficos discutidos nesse dossiê é a captura do Estado pelas elites e sua associação aos interesses do capital (Offe, 1984). O artigo de Leal (2026) demonstra como o lobby dos proprietários da indústria de produção de frutas alterou a malha dos programas de seguridade social no Brasil. Carvalho (2026), por sua vez, argumenta que o poder dos agentes do agronegócio se dá por meio de acesso privilegiado ao Estado, que elabora as leis e programas que organizam a exploração da terra, bem como parte do fluxo de recursos que viabiliza a produção por meio de crédito agrícola, titulações fundiárias, regras de proteção ambiental, etc. Sugere-se que o acesso privilegiado ao Estado é uma atualização da monopolização da mediação por aparatos de governo e de poder de escala superior, que caracterizou as *plantations* no Brasil.

No trabalho de Fernandes e Silva (2026), voltado para o contexto de Timor-Leste, o Estado aparece como um agente estruturante da vida material, social e ideológica, participando da transformação de populações camponesas em cidadãos nacionais por meio da integração de territórios, serviços, recursos e formas de pertencimento. Em Ribeiro (2026), o Estado aparece ainda como um aparato repressor, cuja atuação assume novas configurações ao se articular às corporações tecnológicas e aos dispositivos digitais de controle e vigilância.

Por uma Economia Política da Vida Cotidiana

Vários dos textos que compõem o dossiê realizam uma economia política da vida cotidiana, embora não qualifiquem suas práticas analíticas exatamente nesses termos. Silva (2026), por exemplo, analisa o papel de artefatos materiais, da governança das práticas corporais e das relações políticas na adesão da população da aldeia de Usubemassu, em Timor-Leste, ao protestantismo da Assembleia de Deus. Bastos (2026) aborda a divisão social do trabalho nas plantações de açúcar entre diferentes "raças" ou nacionalidades e suas correlações com as configurações das forças produtivas. Leal (2026) discute o manejo das rotinas de trabalho da indústria de produção de frutas no Vale do Rio São Francisco. Fernandes e Silva (2026) abordam transformações nos modos de produção dos Meto de Timor-Leste, ao longo dos últimos 70 anos. Carvalho (2026) destaca a importância dada por Palmeira às práticas de mediação política e à imobilização da mão de obra como aspectos centrais da economia de *plantation*.

Inspiradas por Roseberry (1989) e pelos textos citados acima, sugerimos que uma economia política da vida cotidiana deve estar atenta: 1) aos campos de relações nos quais as ações dos indivíduos e grupos se desenvolvem e às dinâmicas de distribuição de recursos a que estão sujeitos; 2) às condições materiais em que esses indivíduos e coletivos vivem e agem e ao modo como elas potencializam ou minimizam seu potencial de ação e alimentam suas visões de mundo; 3) aos processos históricos nos quais os sujeitos forjam e reproduzem seu modo de ser e agir no mundo, assim como às conjunturas específicas nas quais certas possibilidades de ação se tornam realidade.

Meillassoux (1981) aporta também uma estratégia metodológica de grande potencial para análises de economia política da vida cotidiana. Tendo em conta a necessidade de atentar aos papéis desempenhados por pessoas e coisas na produção e reprodução da vida social, cabe ao profissional de antropologia produzir informações que permitam identificar: quem trabalha com quem e para quem? Para onde vai o produto do trabalho? Quem controla esse produto? Como o sistema econômico se reproduz? (Meillassoux, 1981, p. 98, tradução livre)[4]. Essas perguntas permitem deslocar a atenção das formas aparentes da vida social para as relações que as sustentam, acompanhando a circulação do trabalho e de seus produtos, suas formas de apropriação e controle e os mecanismos por meio dos quais determinadas relações se reproduzem no tempo. O interesse desse procedimento, para uma economia política da vida cotidiana, está justamente em articular práticas ordinárias, condições materiais e processos mais amplos de reprodução social, sem tomar essas dimensões como esferas separadas.

Grosso modo, qualquer que seja a categoria ou paradigma mobilizado para qualificar o domínio do pensamento, da imaginação e da moral, não convém abordá-lo como dissociado de relações de poder, dos condicionantes materiais da experiência e de processos históricos.

Dos Limites do Paradigma para a Antropologia

Reconhecer a vitalidade dos marxismos implica também reconhecer suas limitações, como bem demonstram Gibson e Graham (1996) ao apontar as violências epistemológicas decorrentes de usos dogmáticos desse paradigma. As críticas das autoras sugerem análises contraontológicas do

[4] No original: "who is working with whom and for whom? Where does the product of the labourer go? Who controls the product? How does the economic system reproduce itself?" (Meillassoux, 1981, p. 98).

capitalismo (Silva, 2018). Essa postura epistemológica se impõe pela atenção às particularidades de como o capitalismo se expande em diferentes lugares e se combina com estruturas e instituições pré-existentes. Documentar e discutir como a sociedade de mercado e o capitalismo se constituem de fora para dentro, ou seja, a partir de práticas de governo e governança (Polanyi, 2000) das mais diversas, é outro pilar metodológico sugerido pelas autoras.

Desdobramentos importantes dessa crítica se concretizam no reconhecimento de que a produção e extração de mais-valia ocorrem muitas vezes pela associação do capitalismo a outros modos de produção que compõem ecologias econômicas específicas (Silva; Palmer; Cunha, 2023). Engels (2019) apontou para isso ao discutir as afinidades eletivas entre a família, a propriedade privada e o Estado na emergência do capitalismo, ao afirmar que a família também é uma instituição de produção. Tal *insight* foi reverberado por antropólogos e antropólogas marxistas na França.

A Terray (1972), Meillassoux (1981) e a outros devemos grande reconhecimento pelo desenvolvimento e demonstração da problemática da articulação de modos de produção. Stoler (1995, p. 97) também nos provê análises que atualizam essa discussão para o contexto do Sudeste Asiático, ao demonstrar como a articulação de modos de produção foi essencial na produção e reprodução das *plantations* de Sumatra nos séculos XIX e XX.

Tal discussão encontra importantes desdobramentos na antropologia produzida no Brasil e na América do Sul, como demonstram José Sérgio Leite Lopes, em "*O Vapor do Diabo*" (1978), e Michael Taussig, em "*O Diabo e o Fetichismo da Mercadoria na América do Sul*" (2010). Ambos evidenciam, a partir de populações rurais do século XX, as formas pelas quais as relações capitalistas se articulam a outros modos de produção e formas de reprodução social.

O horizonte explicativo e não compreensivo (Laplantine, 2004) do paradigma marxista também é algo que devemos ter em mente. Tal fato tem implicações importantes para a antropologia, dado seu compromisso cognitivo com o ponto de vista nativo. No marxismo, a identificação do ponto de vista nativo é somente uma das etapas do processo de construção do conhecimento, e está subordinada à identificação de estruturas causais que podem não encontrar eco na forma como os sujeitos dão sentido a suas experiências.

É nesse ponto que a etnografia introduz uma contribuição metodológica própria. Ao tomar a experiência situada e o ponto de vista dos sujeitos como dimensões constitutivas da produção do conhecimento, ela permite observar como relações de produção, formas de poder e processos históricos são vividos, interpretados e reelaborados na vida cotidiana. Mais do que um procedimento de produção de informações, a etnografia constitui, assim, uma forma de interrogar as categorias analíticas a partir dos contextos concretos nos quais elas ganham existência.

Associada a essa visão, constatamos uma noção de ideologia que é caracterizada como ocultamento da realidade (Marx, 2007 [1932]), perspectiva bastante distinta das visões hoje hegemônicas na disciplina. Parreira (2026), neste dossiê, explora como algumas dessas questões se fazem presentes na obra de Taussig e como elas tensionam os compromissos epistêmicos da nossa disciplina.

Por fim, nunca é demais repetir que o esforço realizado nesse dossiê, de recuperar e mobilizar o repertório analítico cunhado por Marx e Engels, indicando sua fecundidade contemporânea, não deve ser confundido com nostalgia pelo que se fez, no passado, em nome desse paradigma, em diferentes lugares do mundo. Explorar a vitalidade do arcabouço marxista não implica ratificar os experimentos de socialismo real que conhecemos até o momento.

Os Artigos do Dossiê

Nosso dossiê é inaugurado com o denso artigo de Lucas Correia Carvalho, que nos conduz numa cuidadosa leitura da tese de doutorado de Moacir Palmeira, "*Latifundium et Capitalisme au Brésil: Lecture Critique d'un débat*", defendida em 1971, na França. Carvalho situa a tese como uma resposta criativa a dois campos de discussão a partir dos quais ela foi elaborada: 1) o pensamento social brasileiro a respeito de como se daria a participação das populações camponesas no capitalismo e/ou em sua superação; 2) o paradigma marxista no qual Palmeira tinha sido treinado e que serviu de moldura para a demonstração de sua tese. Nesse contexto, a *Plantation* é retratada por Palmeira como um sistema político enraizado na monopolização da mediação – econômica, política e social, e na imobilização da força de trabalho. Seguindo a demanda epistêmica hegemônica entre autores como Althusser, Godelier e outros, Palmeira caracteriza a *plantation* como um modo de produção enraizado no poder de mediação e no controle de pessoas e recursos. Tais poderes se realizariam sobre vários fenômenos: a terra, os circuitos de produção e circulação, crédito e instituições. Uma dimensão importante do texto diz respeito à análise das relações de continuidade entre a *plantation* e o agronegócio contemporâneo, que são muitas.

Os legados da *plantation* são retomados por Bastos (2026), que explora os modos como, na e para a gestão produtiva das plantações de açúcar, o racialismo foi forjado[5]. Por meio de detalhada etnografia e com base em contextualizações históricas precisas, a autora demonstra que as categorias negro e branco emergiram como posições funcionais de trabalho, num desenvolvimento prodigioso da afirmação de Edgar Thompson de que as *plantations* eram "máquina de produzir raça." Nelas, os negros passaram a ser qualificados como os trabalhadores vindos de África, escravizados e sujeitos a um regime de trabalho brutal. Os proprietários das fazendas passaram então a ser denominados de brancos. Como em outros contextos, uma pretensa biologia e um conhecimento pseudocientífico foram mobilizados para legitimar desigualdades características deste modo de produção.

Na analítica de Bastos o racialismo figura como ideologia no sentido marxiano de ocultamento da realidade, servindo de instrumento de legitimação para a profunda desigualdade desse sistema produtivo. Importante notar que a racialização nas *plantations* não se encerra com a abolição. Ela é atualizada mediante a importação de trabalhadores contratados via *indentured labour:* chineses, portugueses, japoneses e outros. Esses trabalhadores migrantes se juntavam aos trabalhadores nativos e todos passaram por processos de racialização derivados da posição e remuneração a eles atribuídas na plantação. O artigo apresenta uma discussão exemplar a respeito da articulação entre base e superestrutura e de sua persistência ao longo do tempo, indicando como dimensões do Brasil contemporâneo têm suas bases na *plantation*.

Leal (2026) analisa a constituição do Polo Juazeiro (BA)/Petrolina (PE) como um dos principais centros de produção e exportação de frutas, evidenciando o papel de décadas de intervenções de setores diversos, como agências internacionais de desenvolvimento, instâncias estatais, científicas e tecnológicas na transformação do Vale do São Francisco. A partir do conceito de fetichismo da mercadoria, a autora investiga como a irrigação, a gestão das águas e as tecnologias de produção convertem um território semiárido em um "oásis" agrícola, ao mesmo

[5] Racialismo refere-se ao conjunto de teorias ou perspectivas que sustentam a ideia de existência de raças humanas biologicamente distintas. Nesse paradigma, as diferenças eram utilizadas para hierarquizar os seres humanos e atribuir-lhes valores e posições sociais distintas. Tais formas de pensamento argumentam ainda que a raça definia a moral e as capacidades das pessoas. Como sabemos, tal paradigma está absolutamente superado. Não existem diferenças biológicas significativas entre os seres humanos que sustentem a ideia de que existam raças diferenciadas.

tempo em que ocultam processos de expropriação, desigualdade e exploração do trabalho. O artigo evidencia, assim, a contradição entre a imagem de sucesso do agronegócio e as relações de apropriação que o sustentam, revelando que, junto às frutas destinadas ao mercado global, são também exportados água, trabalho, tecnologia e investimentos públicos.

O conceito de modos de produção é a ferramenta analítica utilizada por Fernandes e Silva (2026) para a compreensão das configurações e alterações nas dinâmicas de reprodução social entre os Meto de Oecussi, Timor-Leste, entre 1940 e 2017 e as formas de consciência histórica que lhes corresponderam. A partir de revisão bibliográfica e de trabalho de campo, os autores exploram como a integração dos Meto, ao longo dos séculos XX e XXI, em novas redes de troca, poder e fluxos de recursos, promove uma pluralização de vínculos de pertença institucional e, por consequência, alterações na autopercepção dessa população. Desse modo, discutem-se as transformações materiais que têm permitido aos Meto se verem, contemporaneamente, como camponeses e cidadãos, a um só tempo.

Parreira (2026) parte dos limites etnográficos da obra de Michael Taussig para revisitar suas análises sobre os pactos com o Diabo na América do Sul. Em diálogo com pesquisas realizadas no norte de Minas Gerais, desloca a interpretação do fetichismo da mercadoria para a categoria de "acumulação originária", recuperando a alusão de Marx ao mito judaico-cristão do "pecado original" como chave para compreender a expropriação fundadora do capitalismo. A partir desse deslocamento, as narrativas sobre pactos com o Diabo podem ser compreendidas em relação aos processos históricos de expropriação e expansão capitalista, sem que sua dimensão cosmológica seja reduzida à abstração teórica.

Silva (2026) mobiliza conceitos-chave da analítica marxiana para discutir os modos pelos quais a população da aldeia de Usubemassu, em Timor-Leste, dá sentido às mudanças decorrentes da adesão a Assembleia de Deus, a partir da década de 1960. Nas narrativas de ruptura que estruturam as implicações da *conversão* ao protestantismo, o encontro com o universo material e tecnológico trazido pelos missionários protestantes é essencial. Conceitos-chave legados por Marx e Engels – fetichismo, dialética, economia política – mostram-se extremamente fecundos para compreender os engajamentos da população com o Cristianismo protestante.

O artigo de Ribeiro (2026) assume particular relevância no fechamento deste dossiê, dada sua longa trajetória de interlocução com a teoria marxista, desde seus tempos de estudante, tendo sido orientado por Eric Wolf, um dos mais expressivos defensores do marxismo como ferramenta analítica aplicada à antropologia social. Autodenominado "marxista não ortodoxo", Ribeiro reconstitui os desdobramentos do marxismo no pensamento progressista em diferentes contextos e temporalidades. Retoma as transformações das últimas décadas do século XX, relacionando o recuo do marxismo explícito às mudanças no sistema mundial e à emergência do capitalismo eletrônico-informático, para discutir sua permanência como ferramenta crítica no presente. Ao recolocar a questão dos sujeitos coletivos capazes de produzir transformação, seu artigo encerra o conjunto sem esgotar suas perguntas, devolvendo ao presente a própria atualidade do diálogo entre antropologias e marxismos.

Referências

ALMEIDA, M. Das narrativas agrárias à nova reforma agrária. **Ruris**, v. 15, n. 1, p. 253-264, 2023.

APPADURAI, A. Introduction: commodities and the politics of value. *In*: APPADURAI, A. (ed.). **The social life of things**: commodities in a cultural perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 3 – 63.

BASTOS, Cristiana. A *plantation* como sistema de controle social. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2026.

BLOCH, M. **Marxism and anthropology**: the history of a relationship. Oxford: Clarendon Press, 1983.

CARVALHO, Lucas Correia. A forma social da *plantation*: mediação e controle na interpretação de Moacir Palmeira. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2026.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019 [1884].

FERNANDES, Alexandre Jorge de Medeiros; SILVA, Kelly. De Camponeses e cidadãos: transformações nas dinâmicas reprodutivas e ideológicas dos Meto, em Oecussi, Timor-Leste (1950-2017). **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2026.

FRASER, N. **Capitalismo canibal**: como nosso sistema devora democracia, cuidado e o planeta – e o que podemos fazer a respeito. Tradução de André Telles. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

GIBSON, K.; GRAHAM, J. **O fim do capitalismo (como nós o conhecemos)**: uma crítica feminista de economia política. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GODELIER, M. **Lo ideal y lo material: pensamiento, economías, sociedades**. Madrid: Taurus Humanidades, 1989.

HORNBORG, A. **Global magic**: technologies of appropriation from Ancient Rome to Wall Street. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEAL, Natacha Simei. Agronegócios e seus "feitiços" no Polo Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Notas sobre as águas e as frutas do Vale do São Francisco. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2026.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1976].

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1867].

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. [1867].

MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Capa Comum, 2024 [1859].

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007 [1932].

MARX, K. Introdução. *In*: MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos 1857-1858: esboço de crítica de economia política. São Paulo: Boitempo, 2011 [1941]. p. 35 – 56.

MEILLASSOUX, C. **Maidens, meal and money**: capitalism and the domestic community. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

MINTZ, S. W. **Sweetness and power**: the place of sugar in modern history. New York: Viking, 1985.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. *In*: OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 140-177.

PARREIRA, Lucas Álvares. Nos rastros do Diabo: limites etnográficos na obra de Michael Taussig. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2026.

PATTERSON, T. C. **Karl Marx, antropólogo**. Tradução de Henry Tantaleán. [*S.l.*]: Lectulandia, 2016.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

ROSEBERRY, W. **Anthropologies and histories**: essays in culture, history, and political economy. New Brunswick; London: Rutgers University Press, 1989.

RIBEIRO, Gustavo Lins. MARX HOJE. Algumas reflexões. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2026.

SAITO, K. **Karl Marx's ecosocialism**: capital, nature, and the unfinished critique of political economy. New York: Monthly Review Press, 2017.

SILVA, K. **Parasitando a Kultura, produzindo mercados? Etnografias de práxis de governo da economia em Timor-Leste**. Projeto Produtividade em Pesquisa 2019-2021. Brasília, DF: [*s.n.*], [2018]. Mimeo.

SILVA, K.; PALMER, L.; CUNHA, T. Introduction. *In*: SILVA, K.; PALMER, L.; CUNHA, T. (ed.). **Economic diversity in contemporary Timor-Leste**. Leiden: Leiden University Press, 2023. Disponível em: https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/61960. Acesso em: 2 mar. 2026.

SILVA, Kelly. Making Sense of Change: Preliminary Reflections on the Assemblies of God Mission in Ataúro, Timor-Leste, through a Marxian and Marxist Lens. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2026.

STOLER, A. L. **Capitalism and confrontation in Sumatra's plantation belt, 1870-1979**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995.

TAUSSIG, Michael. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. Tradução de George de Cerqueira Leite Zarur. São Paulo: Editora Unesp, 2010 [1980].

TERRAY, E. **Marxism and 'primitive' society**. London: Monthly Review Press, 1972.

WOLF, E. **Europa e os povos sem história**. São Paulo: Edusp, 2010 [1982].

Kelly Silva
Professora titular da Universidade de Brasília, pesquisadora de produtividade em pesquisa do CNPq e pesquisadora visitante do Max Planck Institute for Social Anthropology, Departamento de Experimentações Econômicas, Halle (Saale), Alemanha.
Endereço profissional: Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Câmpus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília, DF. CEP: 70910-900.
E-mail: kellysa67@gmail.com; kellysa@unb.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3388-2655

Luana Marques Figueira
Mestre (2024) e doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (PPGAS/UnB), pesquisadora e gestora de projetos.
Endereço profissional: Câmpus Universitário Darcy Ribeiro, Edifício do Instituto de Ciências Sociais (ICS), Departamento de Antropologia (DAN). Asa Norte, Brasília, DF. CEP: 70910-900.
E-mail: luana1001@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5653-0623

Como referênciar esta apresentação

SILVA, Kelly; FIGUEIRA, Luana Marques. Apresentação Dossiê "Por uma Economia Política da Vida Cotidiana: algumas aproximações". **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, e114770, p. 1-11, 2026.